

ARTIGO

**QUESTÕES RACIAIS, EM INTERSECÇÃO, COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO NO
CAMPO DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO E ‘TEMPOS DE CRISE’: UMA
PROPOSTA PARA REEXISTÊNCIAS A PARTIR DA AQUILOMBAGEM
CRÍTICA E DAS REDES PRAGMÁTICAS**

*(Critical discourse studies and 'times of crisis': a proposal for re-existences based on Critical
Aquilombage and Pragmatic Networks perspectives)*

*(Estudios críticos del discurso y 'tiempos de crisis': una propuesta de reexistencia a partir de la
perspectiva del Aquilombaje Crítico y de las Redes Pragmáticas)*

Gersiney Santos ¹
(Universidade de Brasília)

Recebido em: maio de 2022
Aceito em: setembro de 2022
DOI: 10.26512/les.v23i2.43482

¹ Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Membro do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade da UnB (NELiS), da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (ALED) e da Rede Latino-Americana de Estudos Críticos do Discurso sobre a Pobreza Extrema (REDLAD). Docente do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB (CEAM/UnB) e do Laboratório de Estudos Críticos da Universidade de Brasília (LabEC/UnB). E-mail: gersiney@gmail.com.

RESUMO

A proposta desta reflexão é contribuir para o debate sobre os Estudos Críticos do Discurso, por meio da apresentação de possibilidades teórico-metodológicas originais de natureza anticolonial, atentas e comprometidas com a luta cidadã. Para tanto, como cenário de reflexão e de potencial aplicação epistemológica e metodológica de natureza intervencional, o conceito da Aquilombagem Crítica – AC – (SANTOS, 2019; 2021; 2022) está descrito e aplicado em intersecção com o das Redes Pragmáticas – RP – (SANTOS, 2017; 2019), a partir da análise ilustrativa do ‘discurso da crise’ (localizado no contexto da pandemia da Covid-19). No texto, portanto, estão desenvolvidos entendimentos teórico-metodológicos relacionados a discurso, bem como ao trabalho crítico discursivo (FAIRCLOUGH, 2003; 2010; RESENDE, 2019) orientado à consolidação de movimentos de reexistência (SOUZA, 2009; 2011). Desse modo, apresentamos cenários de reflexão e de potencial aplicação do empreendimento epistemológico-metodológico-ontológico AC-RP, abordados a partir da problematização do termo ‘crise’. Enfim, entendemos que o termo em questão tem sido estrategicamente utilizado por detentores de poder simbólico e material para operar o esvaziamento existencial do Povo Preto, o que definimos por inexistencição (isto é, sofisticados movimentos discursivos nos quais existências são afetadas e apagadas, em detrimento de outras – as quais, há séculos, permanecem manipulando a relação entre linguagem e sociedade para manter lugares de privilégio e prestígio sociais): por outro lado, defendemos que o uso crítico-reflexivo dos textos pode apontar para novos modos de resistência.

Palavras-chave: Aquilombagem Crítica; Redes Pragmáticas; Estudos Críticos do Discurso; reexistência; mudança social..

ABSTRACT

The purpose of this reflection is to contribute to the debate on Critical Discourse Studies, through the presentation of original theoretical-methodological possibilities of anti-colonial nature, attentive and committed to the citizen struggle. Therefore, as a scenario of reflection and potential epistemological and methodological application, the concept of Critical Aquilombage – CA – (SANTOS, 2019; 2021; 2022) is described and applied in intersection with the concept of Pragmatic Networks – PR – (SANTOS, 2017; 2019); the 'discourse of crisis' (located in the context of the Covid-19 pandemic in Brazil) is used as illustration for the analysis. In the text, theoretical-methodological understandings related to discourse are developed, as well as the critical discourse analysis (FAIRCLOUGH, 2003; 2010; RESENDE, 2019) oriented to the consolidation of reexistence movements (SOUZA, 2009; 2011). In this way, a critical reflection and potential application of the epistemological-methodological-ontological enterprise CA-PR are presented, approaching them to the problematization of the term 'crisis'. Finally, it is possible to argue that the term 'crisis' has been strategically used by social representants of symbolic and material power to operate the existential emptiness of Black People, operating the non-existence process (that is, sophisticated discursive movements in which existences are affected and erased, to the detriment of few others – which ones, for centuries, have continued to manipulate language and society in order to maintain places of social privilege and prestige): on the other hand, the critical-reflective use of texts can point to new modes of resistance.

Keywords: Critical Aquilombage; Pragmatic Networks; Critical Discourse Studies; re-existence; social change..

RESUMEN

El propósito de esta reflexión es contribuir al debate sobre los Estudios Críticos del Discurso, a través de la presentación de posibilidades teórico-metodológicas originales de carácter anticolonial, atentas y comprometidas con la lucha ciudadana. Por tanto, como escenario de reflexión y potencial aplicación epistemológica y metodológica de carácter intervencionista, se describe y aplica el concepto de Aquilombaje Crítico – AC – (SANTOS, 2019; 2021; 2022) en intersección con el concepto de Redes Pragmáticas – RP – (SANTOS, 2017; 2019), a partir del análisis del 'discurso de la crisis' (en el contexto de la pandemia del Covid-19 en Brasil). En el texto, se desarrollan comprensiones teórico-metodológicas relacionadas con el discurso, así como acerca del trabajo de análisis crítico del discurso (FAIRCLOUGH, 2003; 2010; RESENDE, 2019) orientado a la consolidación de movimientos de reexistencia (SOUZA, 2009; 2011). De esta

forma, presentamos escenarios de reflexión y potencial aplicación del emprendimiento epistemológico-metodológico-ontológico AC-RP, abordado desde la problematización del término 'crisis'. Finalmente, entendemos que el término en cuestión ha sido utilizado estratégicamente por los detentadores de poder simbólico y material para operar el vaciamiento existencial de las Personas Negras, en el proceso de la inexistenciación (es decir, sofisticados movimientos discursivos en los que se afectan y borran existencias, en contraposición a otras – que, durante siglos, han seguido manipulando la relación entre lengua y sociedad para mantener lugares de privilegio y prestigio social): por otra parte, el uso crítico-reflexivo de los textos puede señalar nuevos modos de resistencia.

Palabras clave: *Aquilombaje Crítico; Redes Pragmáticas; Estudios Críticos del Discurso; reexistencia; cambio social.*

INTRODUÇÃO

O que fazemos com nosso incômodo? Seria esta mais uma palavra solta na infinidade de outras socialmente motivadas, mas nem sempre colocada em prática? Afinal, o que podemos pensar por ‘prática’? Essas e mais perguntas norteiam a reflexão aqui desenvolvida: o momento para compartilhá-la, não poderia ser mais adequado.

Este texto mergulha no comportamento corrosivo que grupos detentores de poder (o que denominamos aqui como classe dominadora) desenvolvem para desnortear o foco de questões fundamentais para a cidadania. Assim, a partir do debate linguístico-discursivo contextualizado na pandemia da Covid-19, traçaremos um percurso reflexivo que toma como ponto de partida processos de naturalização, os quais exemplificaremos pelo uso do item lexical ‘crise’. A discussão sobre o termo e seu campo semântico nos ajudarão a observar como uma palavra aparentemente inócua carrega muito da história de nosso país, no que diz respeito a desigualdades e subalternização.

É preciso, no entanto, destacar que o foco não se limita a descrever como grupos sociais estão imersos em estratégias cada vez mais sofisticadas de dominação, mas sim, a partir da ilustração, dividir a construção de meios para o enfrentamento. Nossa contribuição destaca o entendimento discursivo como uma ferramenta a mais na exemplar luta de resistência que grupos minorizados têm feito no Brasil, há, pelo menos, cinco séculos.

Apresentamos, assim, uma seção que fala sobre o tema linguístico – discussão sobre o uso manipulado da palavra ‘crise’ – e o que definimos por salto discursivo, para, com isso, chegarmos ao debate sobre a inexistencição. Na segunda parte, voltamos a argumentação para uma proposta de entendimento de discurso alinhado com a abertura epistemológica característica da área dos Estudos Críticos do Discurso (ECD); nesse momento do texto, articulamos o debate anterior com o reforço do trabalho com o discurso com vistas à mudança social. Na última parte do texto, apresentamos duas propostas originais de ações teórica e metodológica para a aplicação das considerações discursivo-críticas defendidas: a Aquilombagem Crítica e sua conexão com as Redes Pragmáticas; o texto finda com uma sugestão de aplicação dos rótulos.

Oxalá as palavras que seguem esta introdução possam inspirar quem as ler a apostar (ainda mais) na crítica reflexiva para o combate das opressões articuladas pelos grupos dominadores no mundo social. O discurso – e seu estudo estratégico – pode ser uma força de grande valia para projetos atentos e focados na preservação da cidadania e na superação de colonialismos.

1. ESTRUTURANDO O PENSAMENTO: DISCUTINDO A INEXISTENCIAÇÃO

Estruturas e práticas são termos relevantes para entendermos como se constituem as relações entre indivíduos. As trocas entre nós, seres sociais, ocorrem sempre baseadas em conjunturas e em contextos, mediadas pelo fenômeno da linguagem. Localizada, portanto, a centralidade linguística, se desejarmos observar com maior atenção os processos que definem os modos de ser e estar no mundo, coloca-se como necessário analisar a linguagem de forma não ingênua, ou seja, indo além do que a estrutura das línguas nos apresenta. Quando nos pomos atentos ao extralinguístico – no caso, em conexão com a estrutura –, acessamos uma dimensão na qual as palavras passam a figurar como muito mais do que ‘simples’ arranjos mórficos ou fonêmicos: as palavras são instrumentos de ação (intervencional e transformacional inclusive).

Com base nisso, nesta contribuição, dialogaremos sobre como a estrutura social brasileira viu-se pouco afetada, mesmo com a mudança de práticas demandada pela pandemia da Covid-19 (especialmente, pelo desequilíbrio das ações de controle do problema sanitário). A desigualdade atingiu picos e todo o processo de gerenciamento da saúde converteu-se, desde 2020 (quando da explosão dos primeiros casos em nosso país), em uma problemática que atingiu todos os setores vitais do Estado.

Nesse cenário de descontrole, as complexidades sociais, uma vez mais, passaram a ser condensadas em termos que pouco explicam causas, apontando recorrentemente para naturalizações que justificam o mencionado no parágrafo anterior. A palavra ‘crise’, por exemplo, foi um dos termos-chave desse momento; entretanto, em relação a essa escolha lexical, não se trata de ineditismo seu uso: sua força discursiva é o que argumentaremos como um instrumento estratégico para processos de inexistenciação. Sobre essa percepção, a seguir, desenvolveremos alguns de seus detalhes.

1.1 O discurso da crise: um trunfo para a inexistenciação

Desde a perspectiva linguística, o campo semântico do termo ‘crise’ implica o sentido de desajuste e de desequilíbrio. Talvez, não seja necessário pertencer ao ramo da ciência da linguagem para relacionar a palavra a algo de extrema negatividade. A mídia de massa, historicamente, é um dos meios pelos quais a construção de cenários sociais, por meio de palavras e expressões escolhidas e

estruturadas com propósito, consolida-se de forma mais efetiva. Os conglomerados midiáticos de entretenimento e notícias, alinham de forma estratégica os modos como as pessoas que acompanham sua programação receberão o que acontece. É especificamente sobre estratégia o foco desta reflexão.

No Brasil, há um pouco mais de meio século², a televisão tem sido o principal veículo de informação por boa parte da população brasileira – a despeito do avanço dos serviços baseados na Internet, e da própria rede mundial de computadores. Mesmo vista como combatida, a presença da televisão ainda é forte. Assim, quando falamos de crise, de comunicação e de estratégia, estamos, de um jeito ou de outro, tratando do lugar da linguagem na vida cotidiana, nas relações sociais; nesse sentido, podemos ir além e dar um mergulho no papel que os textos (concretização mais palpável da linguagem) desempenham para que determinadas estratégias se deem, não só no âmbito midiático, mas também em campos de influência no dia a dia dos grupos sociais, como é o caso da política.

Trazer a mídia hegemônica para o debate sobre o discurso da crise é lembrar o desastroso período da pandemia da Covid-19 no Brasil, que, por conta das decisões problemáticas do governo federal, desde fevereiro de 2020 até o momento da escrita deste texto, tem se mostrado uma verdadeira montanha russa literalmente mortal.

Desde a primeira onda de explosão dos casos (iniciada entre fevereiro e março de 2020), todos os setores da vida social viram-se atingidos por uma realidade que apontava para a revisão de práticas já tradicionais em nossa cultura, como o contato interpessoal presencial e as famigeradas aglomerações.

A maior representante da mídia hegemônica no País, a Rede Globo, assim como suas concorrentes, esteve envolta nesse cenário de incertezas, posicionando-se como ‘preocupada’ em atualizar a população brasileira, em aparente conduta contrária ao governo do presidente da república. Foram incontáveis programas exclusivos que colocavam a emissora como uma das combatentes antinegacionismo e até a formação de um consórcio de notícias sobre a doença, em contraponto à dificuldade de obter os dados do próprio Ministério da Saúde. O consórcio contava com os tradicionais Folha de S.Paulo, UOL, O Estado de S. Paulo, Extra, O Globo e G1 na divulgação de dados voltados à evolução da Covid-19 no Brasil. De acordo com a Folha de São Paulo, “o consórcio

² No Brasil, a televisão tem o ano de 1950, com a fundação da TV Tupi, em São Paulo, pelo empresário Assis Chateaubriand.

foi formado em junho de 2020 em resposta à decisão do governo Jair Bolsonaro de restringir o acesso a dados sobre a pandemia de Covid-19.”³

Por outro lado, curiosamente, os meios de informação tão preocupados com a falta de transparência do Ministério da Saúde, em seus noticiários não deixaram de isentar-se quanto ao sistemático anúncio de reformas econômicas em pleno período crítico – como foi o caso da flexibilização para a demissão de funcionários em acordos coletivos ou a abertura de espaços economicamente rentáveis (como estádios de futebol, por exemplo). Assim, em uma postura paradoxal, traziam os dados alarmantes de casos e mortes, mas, seus e suas comentaristas não problematizavam de maneira incisiva a postura *laissez-faire* do governo federal no que dizia respeito a intersecção economia e cidadania.

É nessa aparente falta de compasso que também se caracterizaram por diversas falas abertas (e vazadas) do presidente, do ministro da economia e de alguns ministros da saúde⁴ (até o fechamento deste texto, quatro, no total, de 2019 a 2022) que claramente sobrepunham – se não concentravam – o peso da economia (de mercado) na superação da pandemia. Desse modo, mencionar o termo ‘crise’ tornou-se uma espécie de mantra, que assinava várias das mais polêmicas declarações oficiais e comentários da editoria de economia das grandes emissoras do País.

Em geral, a contextualização ajuda-nos a compreender de onde se fala, assim como ela pode orientar nossas ações. Mais especificamente, o contexto da Covid-19, neste texto, serve para pensarmos como as chamadas ondas de contágio serviram para o realce da colonialidade (BERNARDINO-COSTA & GROSGOUEL, 2016; QUIJANO, 2005) – ou melhor, como preferiremos marcar, colonialismos⁵ (CESAIRE, 1978) – que fundamenta a estrutura social brasileira. Como já discutido em outras reflexões (RESENDE & SANTOS, 2020), a pandemia mostrou o quanto nosso país é desigual e que, nele, a cidadania não é de fato um entendimento em exercício. Ora, recorremos a um exemplo patente de como a linguagem pode servir a interesses que articulam posições de poder: analisemos como a palavra ‘crise’, no contexto de intercâmbio de informações às

³ O jornal ainda explica: “os veículos decidiram (...) formar uma parceria e trabalhar de forma colaborativa para buscar as informações necessárias nos 26 estados e no Distrito Federal.” Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2021/01/consorcio-de-veiculos-de-imprensa-passa-a-divulgar-numero-de-vacinados-contr-a-covid-19-no-brasil.shtml>. Acessado em 15 de fevereiro de 2022.

⁴ Desde a explosão dos casos de Covid-19 no País, devido a desencontros e discordâncias estruturais na gestão da crise na saúde, o governo Bolsonaro convocou e exonerou do Ministério da Saúde o médico ortopedista Luiz Henrique Mandetta (ministro entre janeiro de 2019 e abril de 2020), o médico oncologista Nelson Teich (ministro entre abril e maio de 2020), o general Eduardo Pazuello (ministro entre os meses de maio de 2020 e março de 2021). O médico cardiologista Marcelo Queiroga é o atual ministro da saúde – até o fechamento deste texto.

⁵ A partir das reflexões sobre colonialidade (DUSSEL, 2005; QUIJANO, 2005), neste texto, fazendo referência ao caráter discursivo (operado pela linguagem e pelos textos no contexto das práticas sociais), optaremos pelo uso ‘colonialismo(s)’ e/ou ‘colonialismos discursivos’. Dialogando com intelectuais da decolonialidade, interessa-nos aprimorar um projeto anticolonial, a partir da realidade brasileira e de suas problemáticas (BERNARDINO-COSTA & BORGES, 2021).

peças fora de espaços decisórios ou de prestígio, acabou funcionando como uma espécie de árs para ações de manutenção de poder. Podemos, desde este momento, localizar a discussão nos Estudos Críticos do Discurso e no discurso, propriamente dito, tendo em vista que o exemplo terminológico (crise) pode ser entendido como um movimento discursivo, integrante do que defendemos por inexistenciação.

Já foi mencionado o que o item lexical ‘crise’ irradia semanticamente, contudo no nível discursivo é que ele perpassa de forma colonizadora o cotidiano social – sendo igualmente dentro de tal nível onde podemos desenvolver estratégias de ação voltadas à luta social. Para tanto, é preciso, pois, reforçar que as palavras são, intrinsecamente, gemas de intervenção potencial no mundo, posto que são semioses (VAN LEEUWEN, 2005). Desse modo, pensar como declarações recalitrantes de que o Brasil ou o globo enfrenta alguma ‘nova crise’, em um formato de mundo social no qual somos ideologicamente condicionades⁶ a ver como ‘normal’ ou ‘natural’ desigualdades, demanda a atenção de olhos e mentes críticos. É a conduta acional, ou melhor, o letramento discursivo que defendemos, diante das estratégias da colonialidade cônica dos alcances que possui a manipulação da linguagem.

Por meio do letramento discursivo é que podemos inclusive entender e refinar os modos como analisamos o termo ‘crise’ e seu funcionamento como excelente embotador de ações orquestradas para manter inacessíveis compreensões. Essa observação acurada possibilitada pelo letramento discursivo pode ajudar a explicar por que, de acordo com o Laboratório das Desigualdades Mundiais (*World Inequality Lab*)⁷, em pleno século XXI, o Brasil não descola de sua história o predicado ‘desigual’.

Assim, podemos observar o que vimos definindo como inexistenciação. A inexistenciação pode ser entendida como um processo discursivo sofisticado, operado por certos grupos sociais historicamente privilegiados (pertencentes a um recorte sociopolítico de tradição dominante euro-brasileira), focado no desenvolvimento de estratégias de colonialidade (especialmente, na neutralização de potenciais ações de transformação social e no apagamento de existências sociais lidas como perigosas), a fim de manter lugares de poder no tecido social. Como um dos tentáculos do poder dos grupos colonialistas, a inexistenciação metamorfoseia-se, ao mínimo sinal de risco, recorrendo à manipulação semiótica para difundir discursos de dominação.

A inexistenciação, no exemplo desta seção, relaciona-se ao uso indiscriminado do item lexical ‘crise’, como uma estratégia discursiva para a manutenção do colonialismo discursivo; o

⁶ Levando em conta os recentes debates sobre linguagem inclusiva, posicionamo-nos a favor das lutas por direitos das pessoas não binárias e LGBTQIA+; portanto, nesta reflexão, escolhemos não determinar por padrão o masculino genérico nas flexões morfológicas.

⁷ De acordo com a BBC News Brasil, o Brasil continua como uma das nações mais desiguais do globo. Para mais detalhes, <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761>. Acessado em 15 de fevereiro de 2022.

processo ocorre, por um lado, ao não se identificar exatamente como as relações que culminam em uma crise (i.e., desestruturação ou ruptura da ordem esperada) ocorrem. Esse movimento discursivo, de acordo com o debate proposto dentro da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2003; 2010; RESENDE, 2008; SANTOS, 2013) e do estudo da representação social (PARDO ABRIL, 2013), como uma lógica de aparência operacionalizada pelo uso de um termo que naturaliza processos. O mesmo ocorre com o uso de ‘escravidão’ (cujo contraponto discursivo crítico é ‘escravização’) ou mesmo de ‘escravo’ ou ‘escrava’ (contraposto às versões discursivas críticas ‘escravizado’ ou ‘escravizada’); em ambos os exemplos, tem-se a noção plasmada de algo do mundo, que, mesmo demandando um conceito, encaixa-se, sem muitas exigências de significado, como rótulo linguístico.

Termos de natureza nominal como ‘crise’ e ‘escravidão’ dão o que chamaremos de salto discursivo (ou seja, passam do nível estrutural, linguístico, para o social, discursivo) quando passam a ser desenvolvidos e manipulados a partir dos propósitos discursivos que se tem. É o que ocorre quando se usa ‘crise’ para definir quaisquer problemas que saiam do ‘controle’, mas que apontam responsabilidades: observemos que pouco se elabora acerca de quais as origens do desequilíbrio (lógica de aparências) e menos ainda quem são os indivíduos e grupos que o consolidam (naturalização).

É desde esse entendimento (discursivo-crítico), que podemos retomar o exemplo do uso excessivo do termo por parte da mídia hegemônica e das comunicações oficiais. Ao mencionar ‘crise’, conecta-se uma espécie de rótulo quase etéreo que encobre ações e agências as quais, muitas vezes, estão intimamente imbricadas com os mesmos setores que se colocam como fonte de informação e de credibilidade – instituições que historicamente concentram poder. Tal embotamento de responsabilidades operado pela explicação restrita da realidade social tende a reforçar desigualdades, por, como discutido, estrategicamente, não oferecer uma visão ampla dos processos sociais.

A inexistência alimenta uma miopia discursiva, a qual, por sua vez, fomenta a inação pela mudança. Afinal, pensemos, se há falta de leitos para pacientes na rede pública de saúde, o discurso oficial atribuirá, sem grandes dificuldades, a culpa à ‘crise sanitária’ ou à ‘crise política’ ou à ‘crise econômica’: o que efetivamente importa é que de ‘crise’ em ‘crise’, as populações subalternizadas continuam sendo as mais afetadas. Estamos falando exatamente de pessoas pauperizadas, que ocupam as áreas periféricas; estamos falando de um contingente expressivo de negros e negras. Podemos interpretar esse movimento, dentro da inexistência, como esvaziamento discursivo.

É urgente pensar como o esvaziamento discursivo – estratégia cara no processo de inexistência – é de extremo risco para projetos de mudança social no sentido de atingir também termos politicamente construídos para atacar discursos ideológicos como o racismo.

Tomemos o exemplo de expressões como ‘racismo estrutural’ e ‘necropolítica’. Popularizados, no Brasil, por intelectuais como Silvio de Almeida e pelo camaronês Achille Mbembe, respectivamente, esses termos passaram a ser usados à exaustão, passando a serem utilizados como termos-trunfo para a operacionalização de lógicas de aparências – em que todo o complexo processo de racismo no qual a população é sistematicamente inserida ainda hoje termina condensado na já célebre frase ‘é culpa do racismo estrutural’. Isso se deu muito pelo fato de, em determinado momento, essas expressões haverem estado em falas de acadêmicos e acadêmicas de grande visibilidade; depois, essas falas passaram a ser apropriadas em aparições de celebridades vistas como ‘progressistas’ em programas de televisão desejosos de engajar um público mais conectado com pautas políticas (em geral, presente nas redes sociais, agregadoras de valor e, conseqüentemente, de potencial receita).

O risco é que tais termos – conceitualmente importantes, registre-se – sofram a manipulação discursiva que as expressões ‘politicamente correto’ e ‘lugar de fala’ acabaram recebendo (ou seja, sinônimo de, respectivamente, temas chatos e de interdição dialógica). Percebamos que os termos aqui trazidos como exemplo de esvaziamento discursivo estão diretamente ligados às populações subalternizadas e que essa estratégia de inexistenciação (o esvaziamento discursivo) passa, de uma forma ou de outra, por representantes da classe dominante – que, como é notório, detêm os meios de produção e reverberação de discursos.

O uso de termos e expressões como estratégia de dominação com vistas ao apagamento crítico-acional – a inexistenciação – é um exemplo de como linguagem e sociedade estão intimamente relacionadas em sentido muito mais amplo do que o de atos comunicativos. É por meio deles, aliás, que estão localizados os processos discursivos: ativados pelas práticas sociais – estas, compostas e componentes de estruturas sociais. É por essa razão que o entendimento de discurso merece especial atenção, tendo em vista os constantes embates sociais que caracterizam nossa experiência como seres discursivos.

2. O ENTENDIMENTO TRIÁDICO DE DISCURSO

Tendo sido feita a reflexão conjuntural sobre como linguagem e sociedade encontram-se em nível representacional, identificacional e acional no (e do) mundo, é chegado o momento de localizarmos nosso debate epistemologicamente. As próximas duas seções tratarão da noção de discurso dentro de uma proposta crítica-transformacional que embasa o restante da reflexão aqui compartilhada.

2.1 Os ECD: ressignificando a ação discursiva em chave ontológica frente à inexistência

Há algum tempo, vimos tentando desenvolver o que a tradição dos estudos do discurso tem perseguido como um ponto de conexão produtivo para com o mundo social (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999): um trabalho total e absolutamente comprometido com a mudança social. Assim sendo, para levar a cabo tal objetivo, no formato de reflexão ora proposto, vimos como necessário assumir o compromisso com alguns pressupostos que respondiam ao que temos argumentado como inexistência. Destarte, a perspectiva dos Estudos Críticos do Discurso (doravante ECD) oferece um caminho fértil para quem deseja mergulhar nos meandros linguísticos e, desde aí, dar o que intitulamos por salto discursivo, a fim de elaborar estratégias de superação de subalternizações naturalizadas ou não.

É com base nisso que coincidimos com o que vem sendo desenvolvido de mais instigante a nossos intuitos no que tange aos ECD (RESENDE, 2008; PARDO, 2011; SANTOS, 2013; 2017; 2019; RESENDE & REGIS, 2017). Além disso, não nos furtamos ao desafio de contribuir para o respeitado grupo de intelectuais que compuseram os aspectos basilares dos ECD – como podemos observar nas diversas e heterogêneas publicações de pesquisas em Análise de Discurso Crítica (ADC), por exemplo –, oferecendo, para tanto, um quadro teórico-metodológico familiarizado com aspectos locais, conectados com o cenário de investigações crítico-discursivas regionais e em diálogo franco com as contribuições de outros continentes – tais como o africano, o asiático e o europeu. Aliado a isso, na perspectiva de discurso tomada neste trabalho, articulamos trabalhos de notável interesse transformacional e que são fundamentais para unirmos a dimensão linguística à discursiva.

Após tratarmos do aspecto linguístico-discursivo do entendimento de ‘tempos de crise’ como exemplo de esvaziamento discursivo, partamos para outra estratégia de inexistência, o racismo à brasileira, uma crise que parece longe de ser contornada. Utilizaremos o tema racial para ilustrar alternativas discursivas para o enfrentamento da inexistência. Referimo-nos ao contraponto acional discursivo baseado na união de três forças enraizadas na mobilização social (SANTOS, 2017): a existência, a resistência e a reexistência (SOUZA, 2009; 2011). É a partir da compreensão e da implementação estratégica de cada um desses três conceitos, articulando-os propositivamente, que se nos oferece um caminho de transformação potencial.

Na primeira seção, expomos, de forma ilustrativa, como ocorrem os processos discursivos de inexistência de modo harmonizado com o recorte sociopolítico de tradição dominante e articulador de colonialismo(s). Assim, antes de entrarmos na contribuição conceitual de discurso (na seção seguinte), parece-nos interessante definir como os contrapontos (discursivos) à inexistência podem ser definidos. Quando mencionadas as estratégias anticoloniais da existência, da resistência e

da reexistência, antes de qualquer coisa, estamos atentos a esses conceitos como processos discursivos que se interconectam como forças de potencial transformacional. Outro ponto importante está no fato de os textos desempenharem função de destaque na observação interseccional desses processos (tema a ser desenvolvido melhor na última seção). Vamos, pois, às definições.

O entendimento de existência passa pela percepção essencial de si como ser político e pertencente a determinado grupo social histórica e culturalmente situado; a partir desse processo – aqui, chamado de reflexividade –, vemos possível a noção de como, em uma luta social (por exemplo, contra o racismo), estará eventualmente posicionada sua ação. A existência, por ter a ver com a noção política de si no mundo social, tende a garantir força discursiva para o resgate da história de luta política, bem como sua autopercepção como parte essencial de um coletivo, dotado de ação transformacional, porém alerta a suas potencialidades e limitações. No processo de existência, os textos desempenham um lugar de (auto)identificação no qual a identidade consolida-se a partir do conhecimento da história de luta do grupo sob perseguição do qual se faz parte, da noção contextualizada dos processos de subalternização e das estratégias discursivas manejadas pela classe dominadora.

A resistência relaciona-se com o potencial de ação que se pode desenvolver a partir do fortalecimento ontológico-identificacional de si como constituinte de um povo de luta mais a elaboração de estratégias exequíveis, projetadas para a mobilização social (e atentas aos recursos simbólicos e materiais disponíveis para uma ação de cunho transformacional). Os textos entram nesse processo como recordatórios da necessidade de preservação da existência e como peças de ação baseada em projetos de intervenção (que utilizem a proposta de ressignificação do lugar social voltada à cidadania).

Por fim, a reexistência é um conceito apropriado de Souza (2009; 2011) e adaptado para os propósitos desta contribuição ontológico-epistemológica. O conceito aqui utilizado relaciona-se com a definição de letramentos de reexistência, que podem ser definidos como ações via letramento político de resistência ressignificada, desenvolvido em formas de advocação e sustentação, por parte de grupos sociais vulnerabilizados; nas palavras da autora, “novos papéis sociais e funções nas comunidades de pertença e naquelas em que estão em contato” (Souza, 2009, p. 32). Na atualização do conceito dentro de nossos interesses epistemológicos, a reexistência é a terceira etapa contra a inexistência, configurando-se como processo relacionado ao fortalecimento ontológico em sua aplicação em projetos estratégicos. Trata-se da renarrativização crítica da existência; isto é, ressignificação de processos de conhecimento, autoconhecimento e luta (das ações discursivas anteriores) em estratégias cotidianas de manutenção e ampliação, com vistas à construção de novos cenários sociais e de existência cidadã. No processo discursivo em questão, os textos são

operacionalizados por meio de gêneros discursivos que conectem gerações e possam trabalhar a criatividade aliada a noções de resistência mobilizada; ademais, eles servem como registros das etapas de retomada das narrativas existenciais e como registros políticos.

2.2 O entendimento triádico de discurso como meio de resistência transformacional

Falando especificamente sobre o conceito de discurso, na presente reflexão, podemos entendê-lo a partir de três prismas basilares: o de manifestação linguística, o retórico-argumentativo e o de ideário.

O discurso como manifestação linguística pode ser observado a partir de dimensões gramaticais (isto é, morfológicas, fonético-fonológicas, sintáticas, semânticas etc.) elegidas para a (re)construção de subjetividades acerca da realidade no momento da interação social – dimensões estas vitais para a realização dos níveis retórico-argumentativo e de ideário.

Quando abordamos a característica retórico-argumentativa, entramos no debate proposto nas publicações de Pardo (2011), Marchese (2011) e López (2001), no que diz respeito a como a interação social mostra-se fundamentalmente afetada por estratégias criativas de convencimento e de arregimentação de forças acionais.

O terceiro lado da tríade diz respeito ao de ideário, no que remonta ao trabalho basilar da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2003; 2010; MAGALHÃES, 2005; RESENDE, 2008; 2019; PARDO, 2011; VIEIRA & RESENDE, 2011; RESENDE & REGIS, 2017). Assim, discurso como ideário tem a ver com as construções simbólicas operacionalizadas por meio da linguagem as quais afetam grupos sociais organizados em (sub)grupos: nesses verdadeiros agrupamentos baseados em visões de mundo, aspectos culturais, geopolíticos e econômicos são constantemente atrelados a modos de ser e de não ser, de permissão e de interdição, bem como de manutenção e de apagamento. Para tanto, as duas dimensões anteriores (linguística e retórico-argumentativa) são estrategicamente manipuladas para o estabelecimento de cenários que sustentem tais ideários.

Essa perspectiva sobre a linguagem como instrumento de poder, caracterizamo-la como entendimento triádico do discurso (ETD). Para esta discussão, vale destacar o fato de a linguagem (verbal, não verbal e multimodal) estar ancorada de maneira estratégica em praticamente todas as atividades humanas. Isso assume um especial contorno quando nos interessa investigar a manutenção, assim como a resistência e a destruição de determinados modos de ser e existir no mundo social. Assim sendo, o entendimento triádico do discurso, posto à observação aqui, parte dos postulados dos ECD em uma perspectiva que articula gramática, filosofia da linguagem e ciências sociais (HALLIDAY, 2004; GUIMARÃES, 2004; MARCUSCHI, 2008; FUZER & CABRAL, 2014;

BAKHTIN, 1981; 2011; HALL, 2005; GHON, 2013). Trata-se, desse modo, de uma busca insistente pela transdisciplinaridade.

3. AQUILOMBAGEM CRÍTICA: UMA PROPOSTA DISCURSIVA PARA REEXISTÊNCIAS

De acordo com as orientações dos trabalhos com os ECD, nesta seção, concluímos a reflexão apresentada em todo o texto com os modelos teórico e metodológico baseados nas considerações epistemológicas compartilhadas: a Aquilombagem Crítica e as Redes Pragmáticas. Para tanto, a proposta será apresentar cada um dos conceitos e discutir sobre como eles se encontram no embate contra estratégias como a do esvaziamento ontológico, dispositivo eficiente do colonialialidade e parte componente da inexistenciação.

3.1 AC e RP: refletindo sobre conceitos e(m) ação

Os projetos de mudança social baseados no discurso não devem perder de vista sua aplicabilidade no espaço dos embates discursivos. Isso tem a ver diretamente com a metodologia que se pretende utilizar para que determinado esforço epistemológico mostre-se relevante dentro das ações às quais a intervenção se propõe. A criação dos conceitos da Aquilombagem Crítica (doravante AC) e das Redes Pragmáticas (doravante RP) respeitam o há pouco mencionado.

De acordo com Santos (2019; 2021; 2022), a AC pode ser definida como um trabalho processual ontológico de conhecimento, compartilhamento em comunidade e autoconhecimento, baseado na Sabedoria Ancestral de origem africana em sua relação com a realidade de luta do Povo Preto no Brasil. O termo remete ao processo de (re)conexão com o histórico de luta e resistência de nosso Povo como estratégia de combate contra a inexistenciação – como vimos, operada pela classe dominadora.

A Aquilombagem Crítica é um rótulo aberto que se fundamenta no trabalho coletivo e mobilizado; daí o ‘aquilombagem’, como processo de ajuntamento e de trabalho conectado com mais pessoas, a fim de honrar a trajetória de resistência talhada na história oficial pela luta de pretos e pretas nos quilombos do período da escravização (de acordo com os compartilhamentos de Beatriz Nascimento⁸). O elemento ‘crítica’ do rótulo relaciona-se à tradição afro-brasileira simbolizada na capoeira, mais especificamente a do movimento da ginga (ROSA, 2013), movimento no qual é preciso atenção para não sermos surpreendidos por quem joga conosco. Destacar o caráter crítico é

⁸ Beatriz Nascimento, no documentário *O negro da senzala ao Soul, 1977*, produzido pela TV Cultura. Disponível em: <https://youtu.be/5AVPrXwxh1A>. Acesso em: 15 fev. 2022.

também indicar que o agrupamento (proposto pelo item lexical ‘aquilombagem’) não deve acontecer de qualquer modo, mas sim de maneira propositiva e atenta aos objetivos em comum.

As perspectivas de combate à inexistência (a existência, a resistência e a reexistência) podem ser interpretadas como a sistematização da AC em *continuum*: por meio dos três processos discursivos é que entendemos como ontologicamente se caracteriza a AC.

O já mencionado no início da seção sobre metodologia pode ser retomado quando voltamos ao compreendido como Redes Pragmáticas (RP). O rótulo, desenvolvido a partir do trabalho de pesquisa de Santos (2017) junto ao Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), destaca o desenvolvimento de ações articuladas para a construção coletiva de projetos discursivos, focados na superação de subalternidades.

De acordo com Santos (2017; 2019), as Redes Pragmáticas são uma proposta metodológica de intervenção discursiva que considera a participação de diferentes vetores políticos e sociais com a utilização de textos e suportes multimodais, tendo em vista seu papel potencial de concretizar projetos de resistência. Em sua aplicação, uma divisão em quatro vértices de ação possibilitaria de forma prática uma luta consciente de seus objetivos: o exercício da reflexividade aliado a intervenções antirretóricas com o desenvolvimento de uma visibilidade estratégica conjugada com a produção reflexiva-social. Desse modo, as RP contribuem de modo bastante articulado com a AC. Seus quatro vértices acionais (enumerados, abaixo, por mera organização), que, em linhas gerais, podem ser caracterizados como:

1. *Exercício da reflexividade* - processo que permeia os demais eixos, caracterizado pelo trabalho ontológico-experiencial e político, com vistas à prática da cidadania de modo crítico.
2. *Intervenções antirretóricas* - movimento de construção de projetos articulados pela mobilização social plural, caracterizado por ações concretas no mundo social.
3. *Visibilidade estratégica* - trabalho focado nos textos digitais, por meio da utilização estratégica de gêneros discursivos relacionados com os projetos crítico-transformacionais.
4. *Produção reflexiva-social* - inter-relação de grupos sociais não necessariamente conectados pela experiência, mas unidos pela consciência cidadã, em que o letramento social (com a construção de materiais coletivos) seria o foco.

Os quatro eixos de ação podem ser articulados aos três processos de ação discursiva contra a inexistência da AC, por proporcionarem um ambiente de desenvolvimento para projetos de cunho cidadão – os quais, como discutimos, estão atrelados à resistência e à reexistência (vértices das intervenções antirretóricas, da visibilidade estratégica e da produção reflexiva-social); ao mesmo

tempo, a existência, que tem destaque no primeiro vértice acional (o de exercício da reflexividade), deve passar os demais, estando presente na construção dos projetos de ação e intervenção.

3.2 AC e RP como propostas discursivas críticas contra a inexistenciação

Após a apresentação dos conceitos, para encerrar nossa reflexão, apresentamos uma possibilidade de aplicação da Aquilombagem Crítica como meio de combater estratégias presentes na inexistenciação – como vimos o caso do esvaziamento discursivo, exemplificado no termo ‘crise’.

Antes de mais nada, rememoremos, esta reflexão, calcada nos ECD, toma como central o trabalho com os textos. Isso já foi mencionado em algumas partes da argumentação; no entanto, é preciso marcar que a AC via a metodologia das RP – esta, em diálogo com a Linguística Textual (MARCUSCHI, 2008; KOCH & ELIAS, 2010), com a Multimodalidade (KRESS & VAN LEEUWEN, 2006; KRESS, 2010) e com o debate sobre os Multiletramentos (ROJO, 2012) – concebe o texto como meio de comunicação funcionalmente estruturado, concebido em diversos formatos e constituído por diferentes semioses.

Desse modo, não nos fecharemos na ideia dos textos verbais: as outras modalidades (não verbal e multimodal) são consideradas de maneira bastante especial, tendo em vista sua eficiência em termos discursivos, algumas vezes, mais alta do que em textos escritos. Ainda nesse sentido, pensamos o papel dos gêneros discursivos como potenciais viabilizadores de ações voltadas à mudança social.

Aqui, entendemos os gêneros discursivos a partir das perspectivas bakhtinianas (2003) e faircloughianas (2003), em que por meio de configurações relativamente reconhecíveis e alinhadas a funções sociais, pessoas representam(-se) (n)o mundo, indentificam(-se) (n)ele e, desse modo, agem por meio de práticas socialmente acordadas. O entendimento amplo de texto (assim como o de linguagem) e o trabalho com os gêneros discursivos são o ponto inicial para pensarmos estratégias de enfrentamento contra a inexistenciação. Para tanto, metodologicamente, poderíamos recorrer aos vértices das RP, para pôr em prática atividades estratégicas relacionadas à existência e à resistência.

Tomemos o exemplo que embasa esta reflexão. Para iniciar, é necessário entender o contexto do público para o qual o trabalho crítico-discursivo será orientado. Tratemos aqui a aplicação da AC no ensino básico, por exemplo, para jovens que estejam no ensino médio.

Levando em conta a necessidade de contemplar a existência, a resistência e a reexistência no trabalho, seria preciso, antes de qualquer atividade, articular uma equipe plural (representantes de docentes, pessoas funcionárias sem relação direta com sala de aula, responsáveis por discentes, estudantes, movimento social ligado à temática cidadã, por exemplo) que pudesse pensar como –

passando pelo momento da reflexividade – poderiam ser articuladas a construção de materiais textuais com estratégias de publicização e divulgação voltados, por exemplo, aos usos da palavra ‘crise’ em espaços midiáticos e oficiais. A ação poderia ser conectada a como diferentes grupos sociais em situação de subalternização receberiam as representações discursivas baseadas no termo. Essa etapa poderia ser realizada, desejavelmente, pelo grupo de estudantes, mas constituída da forma mais plural possível.

Por aí, já se consolidaria uma dinâmica baseada em rede – esta, por sua vez, baseada na diferença. O trabalho com o processo discursivo da existência passaria pelo trabalho com a informação sobre fatos históricos de luta social, desde o Brasil colonial até os dias atuais, e o cuidado para destacar quais os grupos oprimidos e como essas populações encontram-se nos ‘tempos de crise’. A partir daí, seria muito importante promover o confronto dos lugares sociais e discursivos nos quais está a equipe que elaboraria o projeto. Todes.

Para o momento – que, no contexto das RP, equivaleria ao *exercício da reflexividade* –, a seleção de textos diversos (escritos, audiovisuais, visuais apenas etc.), antigos e contemporâneos, deveria também ser levada em conta na construção das propostas de *produção reflexiva-social* – ou seja, de articulação dos diferentes públicos que comporiam a equipe (ou as equipes) de trabalho para construção dos projetos. Então, trabalhando o conceito (e relações discursivas) de ‘crise’ e os indivíduos e grupos diretamente implicados (inclusive com a identificação da classe dominante, no caso, representantes e suas empresas) poderiam ser identificados, ao passo que, durante o processo (ou após), a construção de perfis em nível de redes sociais poderia ser levada a cabo – com gêneros discursivos tais como entrevistas ou pequenos programas, feitos em *smartphones* – o que comporia um modo de se chegar à *visibilidade estratégica*.

Os entendimentos sobre crise – e como o esvaziamento discursivo a ela articulado oportuniza a inexistência – deveriam ser organizados em produtos que poderiam ser trabalhados por outros grupos em mobilização de luta por direitos (tendo em vista a presença da representação do movimento social escolhido para compor a equipe). A construção desses materiais poderia ser mais uma oportunidade para aprender sobre o alcance dos gêneros discursivos quando aplicados em contextos produtivos; assim, cartilhas em PDF poderiam ser construídas, disponibilizadas e discutidas em espaços e eventos gratuitos para o público – envolvendo todos participantes do processo. Um trabalho com o estilo da linguagem também estaria incluído nessa etapa, a fim de atrair um público diverso e não ficar restrito à escola, à universidade ou aos espaços de deliberação política. Chegaríamos, assim, a uma *intervenção antirretórica*.

As três últimas sugestões estariam conectadas com, além da existência, com o processo discursivo da resistência. A reexistência é o que chamamos de etapa buscada; assim sendo, em nível

de abstração, existência e reexistência ocupariam a linha mais abstrata. A primeira, tendo em vista os processos de embotamento operados pelas instituições detentoras do poder simbólico e econômico, no processo, alcançaria na reexistência seu apogeu. Esta, por sua vez, demandaria a constante atenção para os processos de exercício de reflexividade – dado o fato de a inexistência ser caracterizada pelo encapsulamento de outros modos de socialmente existir que possam representar ameaça a sua dominação.

Como visto, a AC tem os três processos interlaçados, no qual um nutre (e é nutrido pelo) outro. As RP entram no jogo discursivo como propostas exequíveis de ação que englobam experiência social e a conexão entre a diferença, visando a construção de materiais de natureza difusora. Obviamente, as considerações desta seção são apenas indicações bastante superficiais – que intencionalmente prescindem de detalhes mais fechados –: a ideia é que, longe de oferecer receitas, a metodologia das RP tenha sua definição baseada no diálogo e na negociação entre as diferentes partes que devem compor as equipes dos projetos: isso é único e particular do momento de encontro e troca.

Por fim, para se ter um controle bem definido das ações, a sugestão é que o(s) projeto(s) sejam desenvolvidos, no mínimo, em um semestre ou, no máximo, em dois anos.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Com esta reflexão, a proposta foi discutir temas centrais de forma articulada com a linguagem, mas a partir de uma dinâmica discursiva original. O presente texto coloca-se, pois, como disponível para, entre outras possibilidades, um exercício de construção teórico-metodológica focada na realidade brasileira – conectada com a América Latina (GONZALEZ, 1988).

Desse modo, foi interessante para esse movimento – também discursivo – irmos ao encontro de como o aparentemente óbvio deve, na luta contra a colonialidade, estar na ordem do dia, em termos analíticos. Assim sendo, este texto pretende falar diretamente à pessoa analista de discurso criticamente incomodada com o que está posto. É também um convite para quem deseja observar como nada é gratuito em termos de linguagem e texto: o discurso (e seu estudo crítico) oferecem meios de percebermos como se estruturam estratégias de dominação que recorrem à estrutura da língua para neutralizar existências sociais. Foi o caso de nosso debate sobre a inexistência, ilustrado pelas considerações críticas acerca do termo ‘crise’ (e variações frásticas).

O debate aqui proposto nos conduziu à reflexão acerca do lugar do discurso na construção identitária de luta por mudança social relacionada a grupos em situação de subalternidade. Como se localizam tais grupos em um campo baseado em lógicas de aparência, as quais pouco ou nada

explicam as origens do que está linguisticamente encapsulado em termos estrategicamente naturalizados (pelo que discutimos como classe dominadora).

Ademais, o conhecimento sobre discurso ajuda-nos a observar os modos como determinados projetos de poder mantêm sua dominação, de grupos para grupos. A linguagem e os textos, nesse cenário, são ferramentas eficazes para que não se problematizem as desigualdades e suas origens. É o que se percebe ao compreendermos de forma mais ampliada (crítica) como a linguagem funciona em níveis estrutural e de convencimento com o objetivo de consolidar visões de mundo.

As visões de mundo constituintes do ideário de existência das classes dominadoras influenciam propositadamente as massas, com representações que esmorecem sua propensão natural à luta por mudança. É assim, para que se mantenham no topo da pirâmide social, enquanto a cidadania é posta como conceito pouco importante. A percepção discursiva dos fatos do mundo possibilita uma possibilidade de agirmos com foco, rumo à mudança social – força-motriz dos ECD.

Para tanto, foi apresentada a Aquilombagem Crítica, esforço epistemológico inspirado pela experiência de luta política do Povo Preto. A partir do resgate do histórico negado e sistematicamente sabotado pela classe dominadora, apresentamos como estratégia de enfrentamento contra a inexistência os processos discursivos críticos da existência, da resistência e da reexistência. Para articulá-los em nível de aplicação concreta (tendo em vista seu acentuado grau ontológico), recorreremos às potencialidades oferecidas pelas Redes Pragmáticas, em seus vértices acionais – aplicáveis em quaisquer projetos discursivo-críticos que tenham como diretriz a experiência e o trabalho coletivo, plural e dialogado.

Desse modo, percebemos o lugar central da linguagem e a necessidade de se ter uma postura discursiva crítica diante dos acontecimentos do mundo social. Nesse sentido, a atenção especial a como estão dispostos os textos – e como podemos nos valer deles para a resistência se fazer ativa – aponta para a construção de estratégias possíveis e férteis. O que buscamos é seguir na luta pelo direito de existir, de retomar a nossa história e, efetivamente, cada vez mais fortes, reexistir.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

BERNARDINO-COSTA, J.; BORGES, A. Um projeto decolonial antirracista: ações afirmativas na Pós-Graduação da Universidade de Brasília¹. *Educação & Sociedade* [online], v. 42, 2021.

BERNARDINO-COSTA, J; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.

- CESAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. Livraria Sá da Costa Editora: Lisboa, 1978.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinbourg: Edinbourg University, 1999.
- DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 55-70.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis. The Critical Study of Language*. London: Routledge, 2010.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas: Mercado das Letras, 2014.
- GOHN, M. G. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo* [Edição digital]. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- GONZALEZ, L. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.
- GUIMARÃES, E. *A articulação do texto*. São Paulo: Ática, 2004.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 3rd ed. revised by C. M. I. M. Matthiessen. London: Arnold, 2004.
- KOCH, I.V; ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2010.
- KRESS, G. *Multimodality: a social semiotic approach to contemporary communication*. London: Routledge, 2010.
- KRESS, G; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. 2. ed. London: Routledge, 2006.
- LÓPEZ, A. Ser ou não ser Triqui: entre o narrativo e o político. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- MAGALHÃES, I. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. *D.E.L.T.A.*, 21 (especial), p. 1-11. 2005.
- MARCHESE, M. C. *El texto como unidad de análisis socio-discursiva: una propuesta a partir del Método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos*. Buenos Aires: Editorial Tersites, 2011.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- PARDO ABRIL, N. *Cómo hacer análisis crítico del discurso: una perspectiva latinoamericana*. Santiago de Chile: Frasis, 2013.
- PARDO, M. L. *Teoría y metodología de la investigación lingüística: método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos*. Buenos Aires: Tersites, 2011.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

- RESENDE, V. M. (org). *Decolonizar os Estudos Críticos do Discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- RESENDE, V. M. *Análise de Discurso Crítica e Etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. Tese de Doutorado
- RESENDE, V. M. *Análise de Discurso Crítica e Etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- RESENDE, V. M.; REGIS, J. F. S. (org.). *Outras perspectivas em Análise de Discurso Crítica*. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- RESENDE, V. M.; SANTOS, G. *A relação entre mídia e população em situação de rua na representação da pandemia no Brasil, um projeto*. Rosário: UNR Editora. Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, 2020.
- ROJO, R. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, R.; MOURA, E. (org.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola, 2012.
- ROSA, A. *Pedagogia, autonomia e mocambagem*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.
- SANTOS, G. Linguagem e decolonialidade: discursos e(m) resistência na trilha da aquilombagem crítica. In: RESENDE, V. M. (org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas: Pontes, 2019. p. 95-117.
- SANTOS, G. P. *O jornal Aurora da Rua e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico*. Dissertação de mestrado (Linguística). Universidade de Brasília, 2013.
- SANTOS, G.; SANTOS, D. S. Epistemologias de reexistência: Um diálogo teórico-metodológico entre Interseccionalidade e Aquilombagem Crítica. *Revista Brasileira de Educação* [online], v. 27, 2022.
- SANTOS, G.; SANTOS, D. S.; SILVA, M. P. Linguagem, corpo e espírito da Natureza: uma proposta de (re)conexão a partir da Aquilombagem Crítica. *Crítica. Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 22, n. 1, p. 67-71, 2021.
- SOUZA, A. L. S. *Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento hip hop*. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- SOUZA, A. L. S. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- VAN LEEUWEN, T. *Introducing Social Semiotics*. London: Routledge, 2005.
- VIEIRA, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para) a crítica: O Texto como Material de Pesquisa*. Brasília: Pontes, 2011.